



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - Espera Feliz - MG
Tel.: (32) 3746-1306

DECRETO Nº 1462/2025, 03 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTOSOCIOEDUCATIVO.

OZIEL GOMES DA SILVA, Prefeito Municipal de Espera Feliz/MG, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e entidades, deverá prestar o atendimento especializado, aos quais adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO, que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e trouxe um regramento no que diz respeito à aplicação de medidas socioeducativas, ao processo de apuração do ato infracional, às condições de atendimento e ao financiamento do sistema socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO, que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios, do Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO, que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos;

CONSIDERANDO, que o SINASE estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma lógica completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - Espera Feliz - MG
Tel.: (32) 3746-1306

do "garantismo" que, tanto na forma da lei como na Constituição Federal, é assegurado indistintamente em ambos os casos), é que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública;

CONSIDERANDO que, a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que, à força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem articulada, interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações e de correspondentes formas de financiamento;

CONSIDERANDO que, a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes devem ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que, não é correto delegar exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do Plano, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração, assim como outros atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

I. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIANA COSTA SOUSA PEREIRA (titular)
FABRICIA JUNIA MOREIRA PROTÁZIO (suplente),

II REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

CARLA NOGUEIRA (TITULAR)
ALINE DE ARAÚJO ABREU FINOTTI (SUPLENTE),

III REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

NADIR DOMICIANO PENHA MORAES (titular)
EDMERY TRUNQUIM DE OLIVEIRA SOUZA (suplente),



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - Espera Feliz - MG
Tel.: (32) 3746-1306

IV REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA E LAZER;

CARLOS JÚNIOR MOREIRA PACHECO (titular)
JOSÉ DAVI COIMBRA DARES (suplente),

V REPRESENTANTES DO CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA CONSEP;

SEBASTIÃO ROBERTO BARBOSA (titular)
ANTONIO CARLOS ROCHA (suplente)

Art. 2º. A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único. A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º- A Comissão Intersectorial de Medidas Socioeducativas terá como responsabilidade articular, planejar, monitorar e avaliar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida) no município.

Principais atribuições da Comissão:

I PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

a) garantir a integração entre Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Segurança e demais políticas públicas;

b) estabelecer fluxos de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

II ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

a) acompanhar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS;

b) identificar dificuldades, lacunas e propor melhorias para a execução das medidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - Espera Feliz - MG
Tel.: (32) 3746-1306

III GARANTIA DE DIREITOS

a) promover a oferta de serviços de educação, saúde, lazer, cultura e profissionalização aos adolescentes;

b) articular encaminhamentos para cursos, atividades esportivas, apoio psicológico e outras demandas.

IV - CONTROLE SOCIAL E AVALIAÇÃO

a) apresentar relatórios periódicos sobre a situação das medidas socioeducativas no município;

b) avaliar a efetividade das ações realizadas.

V - CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

a) promover capacitações para os profissionais envolvidos na execução das medidas;

b) sensibilizar a comunidade e as instituições sobre a importância da ressocialização dos adolescentes.

VI - INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA

a) manter diálogo com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para qualificar a execução das medidas.

Art. 4º. O exercício das funções da Comissão Intersetorial, nomeada pelo artigo 1º deste Decreto é considerado Serviço Público relevante e não será remunerado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Espera Feliz/MG, 03 de setembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
OZIEL GOMES DA SILVA

A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>



OZIEL GOMES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação
na sede da Prefeitura
em 03/09/25
Art. 86 Lei Orgânica
Visto